



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000202-18.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Sistema Nacional de Trânsito**  
 Impetrante: **Marilda Rodrigues da Silva**  
 Impetrado: **Diretor(a) Técnico(a) da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran de São Carlos - Sp. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **Marilda Rodrigues da Silva** contra ato exarado pelo **Diretor Técnico da Circunscrição Regional de Trânsito de São Carlos – Ciretran**, que lhe teria negado a transferência de propriedade do veículo camionete Chevrolet/S10 LTZ ED2, renavam 01021001586, placa QBL-2259, da cidade de Nova Bandeirantes – MT, adquirido do Sr. Edson Rodrigues da Silva. Alega ter quitado, em 21/12/2016, todos os débitos relativos ao veículo, tendo sido negada a transferência pela autoridade coatora, ante a existência de débitos de IPVA e multa Renainf (DER). Afirmar ter consultado junto ao DETRAN/MT e DETRAN/SP a existência de débitos, obtendo a informação de que "nada consta". Requer a liminar para fins de transferência do veículo, bem como a concessão definitiva da segurança pretendida. Vieram documentos às fls. 11/30.

O pedido liminar foi indeferido.

A autoridade coatora prestou informações às fls. 46/49, sustentando que a transferência do bem foi obstada em razão da existência de débitos do veículo junto a Secretaria da Fazenda do Estado de origem, em razão de infração cometida em 11/07/2015, AIF 1U3919254, que não foi paga, gerando débitos de IPVA e licenciamento no estado onde o veículo está cadastrado, afirmando a legalidade do ato.

O MP manifestou-se às fls. 54.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E A DECIDIR.**

A segurança pretendida na inicial não merece acolhida.

Não se vislumbra direito líquido e certo a amparar a impetrante, tendo em vista que, diferente do quanto alegado inicialmente, não comprovou a inexistência de débitos relativos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ao veículo, tampouco o pagamento de eventuais dívidas a ele relativas, conforme anunciado na inicial.

Assim, não há que se falar em violação ao devido processo legal, ou ofensa ao contraditório e ampla defesa, considerando que a impetrante requereu a concessão da ordem para obter a transferência do veículo, mesmo sem ter apresentado qualquer comprovante de pagamento de eventuais débitos existentes por ocasião da compra do bem, ou sua inexistência, o que impossibilita a concessão da ordem, ante a inexistência de qualquer ilegalidade praticada pela pretensa autoridade coatora.

Não há prova do alegado direito líquido e certo, não sendo o caso de se converter o julgamento em diligência a fim de se determinar a juntada de novos documentos, pois a disciplina ritual da ação de mandado de segurança não admite dilação probatória.

Como já decidiu o Egrégio STF "*o mandado de segurança qualifica-se, em seus aspectos formais, como verdadeiro processo documental, em que incumbe ao impetrante do writ produzir a prova pré-constituída dos fatos pertinentes a situação jurídica subjacente a pretensão por ele próprio deduzida.*" (RMS 21438, j. 19.04.94, rel. Min. Celso de Mello, DJU 24.06.94, p. 16.651, in Juis).

Note-se que o documento de fls. 48 aponta a infração e, no de fls. 49 há, inclusive, a foto do veículo.

Portanto, basta o impetrante quitar seus débitos, para obter a transferência do bem.

Por estas razões, a concessão da ordem deve ser denegada, em consonância com a decisão que indeferiu a liminar ora pretendida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

**P.I.**

São Carlos, 13 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**

**1000202-18.2017.8.26.0566 - lauda 2**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**